



Ministério do Planejamento e Orçamento
Secretaria Nacional de Planejamento

PPA 2024-2027
Espelho do Monitoramento - Exercício:2025

PROGRAMA: 6113 - OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Objetivo: 1276 - Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivo Específico: 0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Indicador: 12836 - Índice de alcance das metas das entregas

Unidade de medida: %

Linha de base: 83

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07ZS - Meta do Indicador 12836

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 100

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise Sintética do Alcance da Meta: O Índice de alcance das metas das entregas é calculado a partir dos resultados obtidos pelas Entregas 1222, 1240, 1739, 2010 e 3438. Assim sendo, o atingimento integral do índice de alcance deste Objetivo Específico ao final do exercício de 2025. Destaca-se, portanto, que o patamar de 100% do índice apurado decorre do cumprimento das metas referentes às seguintes Entregas: • 1222 – Monitoramento e Identificação por meio de sensoriamento remoto de manchas de óleo; • 1240 – Detecção por meio de Sensoriamento Remoto de Embarcação Não Colaborativa; • 1739 – Avaliação de impacto ambiental das atividades do Brasil no âmbito do Programa Antártico Brasileiro; • 2010 – Parâmetros ambientais na área de influência da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) monitorados; e • 3438 – Dados oceanográficos e meteorológicos marinhos continuamente coletados por meio de sistemas permanentes de observação do oceano (GOOS-Brasil). Ademais, cumpre ressaltar alguns aspectos relevantes que contribuíram para o alcance das metas no exercício de 2025: 1. Entrega 1222: consolidação da capacidade operacional do sistema desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), processando 100% das imagens Sentinel-1 na varredura contínua da Amazônia Azul. 2. Entrega 1240: detecção e monitoramento promoverem a estruturação técnica e gradual de seus requisitos operacionais. 3. Entrega 1739: emissão das autorizações para todas as atividades brasileiras na Antártica que tenham passado por avaliação de impacto ambiental do Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/PROANTAR). 4. Entrega 2010: o levantamento de dados do monitoramento foi realizado pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP). E o Convênio com o IO-USP finalizou e não será renovado, aguarda-se apenas a análise das coletas para a conclusão da entrega. 5. Entrega 3438: atuação regular de

sua rede nacional de observações meteoceanográficas, com a coleta de informações por boias meteoceanográficas, veículos autônomos, derivadores, marégrafos, XBTs, estações costeiras e sistemas de sensoriamento remoto sendo produzidos 8,83 GB de dados.

Restrições para o alcance da meta:

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Entrega: 1222 - Monitoramento e Identificação por meio de sensoriamento remoto de manchas de óleo

Objetivo Específico: 0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 10289 - Taxa de Imagens Processadas para Manchas de Óleo

Unidade de medida: %

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 05FK - Meta do Indicador 10289

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 70

Meta prevista para 2025: 70

Meta prevista para 2026: 70

Meta prevista para 2027: 70

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No ano de 2024 foram disponibilizadas 1989 imagens do Sentinel-1 na região da Amazônia Azul, as quais foram todas processadas. Dentre as imagens do Sentinel-1, foram encaminhadas, de forma automática, alertas daquelas que continham possíveis manchas de óleo. Essas imagens foram analisadas para validação ou não da possível mancha. Nenhum alerta foi validado como verdadeiro. Ademais, foi realizado o 2º Workshop sobre o derramamento de óleo no mar, que reúne a equipe do Censipam e os desenvolvedores do sistema, integrantes da Universidade Federal da Bahia. Esse encontro, que ocorre anualmente, tem como objetivo atualizar as informações do andamento do desenvolvimento do sistema e trocar experiências para as análises dos resultados. Nesse próximo semestre existe a previsão do lançamento de um painel que reunirá as informações, de forma geoespacial, dos alertas gerados com o modelo de dispersão do óleo.

Análise geral da realização da Entrega: No exercício de 2025, a contribuição para o Objetivo Específico materializou-se por meio da consolidação da capacidade operacional de monitoramento da Amazônia Azul. Para o período, a meta estabelecida correspondia ao atendimento de 70%, tendo sido alcançado o percentual de 100%, evidenciando desempenho superior ao previsto e compatível com a maturidade operacional do sistema. O sistema, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), atingiu elevado grau de maturidade ao processar diariamente 100% das imagens Sentinel-1 disponibilizadas, possibilitando a varredura contínua da Amazônia Azul. A evolução tecnológica permitiu a emissão de alertas automáticos para detecções com probabilidade igual ou

superior a 80%, contribuindo para maior agilidade e efetividade na tomada de decisão por parte dos órgãos competentes. Do ponto de vista estrutural, o Censipam assegurou a sustentabilidade da operação por meio da aquisição de um servidor dedicado, com especificações técnicas adequadas ao processamento robusto e contínuo dos dados. Adicionalmente, o fortalecimento da parceria com a Marinha do Brasil para a integração e o compartilhamento dos resultados ampliou a governança do processo e a capacidade de resposta a incidentes ambientais. De forma integrada, essas ações impactaram positivamente a manutenção dos serviços ecossistêmicos marinhos, ao viabilizar uma vigilância preventiva, contínua e eficaz da Amazônia Azul, contribuindo diretamente para o avanço do objetivo específico no exercício de 2025.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 1240 - Detecção por meio de Sensoriamento Remoto de Embarcação Não Colaborativa

Objetivo Específico: 0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 10302 - Taxa de Imagens Processadas para Embarcações Não Colaborativas

Unidade de medida: %

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 05FO - Meta do Indicador 10302

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 70

Meta prevista para 2025: 70

Meta prevista para 2026: 70

Meta prevista para 2027: 70

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: O desenvolvimento do sistema de detecção de embarcações não colaborativas foi inicialmente planejado para ser realizado com a força de trabalho do Censipam. Contudo, tal execução não foi possível devido à ausência de desenvolvedores especializados na instituição. Ainda assim, essa iniciativa permanece em andamento. Diante da indisponibilidade de dados colaborativos de embarcações, e da dificuldade em desenvolver o sistema internamente, o Censipam buscou alternativas externas. Como solução provisória, a instituição obteve acesso a uma ferramenta internacional de detecção de embarcações não colaborativas, denominada Skylight (organização não lucrativa - Ai2), de uso exclusivo de países e organizações ambientais. Por meio dessa solução, foi possível processar todas as imagens disponibilizadas gratuitamente ao Censipam, mais de 2000 imagens. Essa solução internacional permanece sendo utilizada, de forma temporária, para atender à demanda atual. A fim de viabilizar o desenvolvimento do sistema de forma independente no futuro, o Censipam está avaliando a possibilidade de firmar um novo Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). A UFBA possui expertise em projetos semelhantes, tendo desenvolvido o sistema de monitoramento e identificação de manchas de óleo por meio de sensoriamento remoto. Caso essa parceria não seja possível, estuda-se a criação de uma força-tarefa interna para desenvolver um sistema alternativo,

mais simples e com menor demanda de expertise técnica, sem o uso de inteligência artificial. Independentemente do caminho adotado, o Censipam segue comprometido com o desenvolvimento de uma solução eficiente e adaptada às necessidades de monitoramento nacional.

Análise geral da realização da Entrega: No exercício de 2025, as ações voltadas à detecção e ao monitoramento de Embarcação Não Colaborativa contribuíram para o avanço do objetivo específico ao promoverem a estruturação técnica da entrega e a definição gradual de seus requisitos operacionais. Para o período, a meta estabelecida correspondia ao atendimento de 70%, tendo sido alcançado o percentual de 100%, evidenciando o cumprimento integral da meta física prevista. Ao longo do exercício, foram realizados testes técnicos preliminares que confirmaram o potencial do uso de sensoriamento remoto para a detecção de embarcações não colaborativas. Esses testes permitiram avaliar capacidades, limitações e alternativas tecnológicas disponíveis, ao mesmo tempo em que evidenciaram a necessidade de estudos adicionais para assegurar a viabilidade econômica da solução, diante dos elevados custos praticados pelo mercado. A principal contribuição estratégica de 2025 concentrou-se no alinhamento institucional e no planejamento da entrega. Iniciou-se um processo colaborativo com a Marinha do Brasil com o objetivo de definir, de forma precisa, o escopo, o objeto e os requisitos operacionais da solução a ser implementada. Esse esforço visa orientar decisões futuras, evitar dispêndios ineficientes e assegurar que a implementação fortaleça efetivamente a vigilância e a proteção da costa brasileira. De forma integrada, as ações desenvolvidas no exercício de 2025 consolidaram bases técnicas e institucionais essenciais para a implementação futura da entrega, contribuindo para o aprimoramento do monitoramento ambiental e marítimo por meio de inovações tecnológicas sustentáveis e alinhadas às necessidades operacionais do Estado brasileiro.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrições para o alcance da meta: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição - 2025: Não obstante o atingimento da meta, fatores de natureza estrutural e técnica, que extrapolam a capacidade imediata deste Centro Gestor, vêm impactando o desenvolvimento de um método eficiente de processamento das imagens. A complexidade da atividade exige elevado grau de maturidade tecnológica, bem como definição clara dos produtos esperados. Nesse contexto, estão sendo realizados alinhamentos com a Marinha do Brasil quanto ao escopo e à padronização da entrega, com vistas à consolidação dos requisitos operacionais. Quanto às restrições orçamentárias, o elevado custo das tecnologias disponíveis no mercado, associado às limitações orçamentárias vigentes, inviabilizou a adoção imediata de alternativas comerciais capazes de atender plenamente às necessidades identificadas.

Valor da insuficiência de recursos - 2025: 3.000.000

Providências para tratamento da restrição - 2025: Para tratar essas restrições, estão sendo adotadas ações estratégicas, como o agendamento de reuniões com os atores envolvidos, com o objetivo de alinhar expectativas, consolidar requisitos operacionais e definir os próximos passos. Tais providências visam assegurar uma entrega relevante e viável, mesmo diante das limitações orçamentárias, de pessoal e de articulação institucional. O esforço conjunto busca viabilizar uma solução eficaz e sustentável, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de monitoramento e proteção da Amazônia Azul.

Restrições para o alcance da meta: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição - 2025: Não obstante o atingimento da meta, fatores de natureza estrutural e técnica, que extrapolam a capacidade imediata deste Centro Gestor, vêm impactando o desenvolvimento de um método eficiente de processamento das imagens. A complexidade da atividade exige elevado grau de maturidade tecnológica, bem como definição clara dos produtos esperados. Nesse contexto, estão sendo realizados alinhamentos com a Marinha do Brasil quanto ao escopo e à padronização da entrega, com vistas à consolidação dos requisitos operacionais. No que se refere às restrições de pessoal, a inexistência de corpo técnico especializado no Censipam para o desenvolvimento de soluções próprias limitou a capacidade de resposta interna, ampliando a dependência de soluções externas.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Para tratar essas restrições, estão sendo adotadas ações estratégicas, como o agendamento de reuniões com os atores envolvidos, com o objetivo de alinhar expectativas, consolidar requisitos operacionais e definir os próximos passos. Tais providências visam assegurar uma entrega relevante e viável, mesmo diante das limitações orçamentárias, de pessoal e de articulação institucional. O esforço conjunto busca viabilizar uma solução eficaz e sustentável, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de monitoramento e proteção da Amazônia Azul.

Notas do usuário:

Entrega: 1739 - Avaliação de impacto ambiental das atividades do Brasil no âmbito do Programa Antártico Brasileiro realizada

Objetivo Específico: 0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Entrega concluída? Não

Indicador: 10996 - Percentual de atividades científicas, logísticas e turísticas do Brasil na Antártica, com avaliação de impacto ambiental

Unidade de medida: %
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 01/07/2023
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 05UY - Meta do Indicador 10996

Cumulativa? Não
Meta prevista para 2024: 100
Meta prevista para 2025: 100
Meta prevista para 2026: 100
Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: As atividades de pesquisa e logística são realizadas no âmbito das Operações Antárticas (OPERANTAR), coordenadas pela Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Para a avaliação dos impactos, existe o Grupo de Avaliação Ambiental (GAAM), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o qual vem se reunindo regularmente, para apreciação de documentos elaborados e apresentados por instituições de pesquisa parceiras (ou pesquisadores ad hoc).

Análise geral da realização da Entrega: Emissão das autorizações para todas as atividades brasileiras na Antártica que tenham passado por avaliação de impacto ambiental do Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/PROANTAR), consoante o Sistema do Tratado da Antártica. Para a avaliação dos impactos, o GAAM, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, se reúne anualmente para apreciação das solicitações dos projetos de pesquisa de instituições nacionais ou de pesquisadores ad hoc, das operações logísticas e do turismo na Antártica. As atividades de pesquisa e logística são realizadas no âmbito das Operações Antárticas (OPERANTAR), coordenadas pela Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro, e o turismo por operadores privados.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 2010 - Parâmetros ambientais na área de influência da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) monitorados

Objetivo Específico: 0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.
Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Entrega concluída? Não

Indicador: 11336 - Percentual de monitoramento ambiental na área de influência da EACF produzido e entregue ao Proantar

Unidade de medida: %

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 31/12/2020

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 05UZ - Meta do Indicador 11336

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 100

Meta prevista para 2025: 100

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: O levantamento de dados do monitoramento é realizado pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP) a cada verão antártico, período entre os meses de outubro e março. Dessa forma, as amostras foram coletadas nos meses de fevereiro e março de 2024 e foram analisadas nos meses subsequentes.

Análise geral da realização da Entrega: O levantamento de dados do monitoramento foi realizado pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP) até dezembro de 2025, a cada verão antártico, período entre os meses de outubro e março. Dessa forma, as amostras estão sendo coletadas, e serão enviadas para análise. O Convênio com o IO-USP finalizou em dezembro de 2025 e não será renovado, assim, espera-se apenas a análise das coletas para a conclusão da entrega.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Outros

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 3438 - Dados oceanográficos e meteorológicos marinhos continuamente coletados por meio de sistemas permanentes de observação do oceano (GOOS-Brasil).

Objetivo Específico: 0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 12888 - Quantidade de dados (em Gigabytes) oceanográficos e meteorológicos marinhos coletados e disponibilizados

Unidade de medida: gigabytes (bilhões de bytes) de informações disponíveis eletronicamente

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 080B - Meta do Indicador 12888

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 10

Meta prevista para 2026: 10

Meta prevista para 2027: 10

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 16,33

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: No segundo semestre de 2025, o GOOS-Brasil manteve o funcionamento regular de sua rede nacional de observações meteoceanográficas, assegurando a geração sistemática e a disseminação de dados essenciais sobre as condições oceânicas e atmosféricas marinhas. A coleta das informações seguiu sendo realizada por meio de diferentes plataformas e tecnologias de monitoramento, como boias meteoceanográficas, veículos autônomos, derivadores, marégrafos, XBTs, estações costeiras e sistemas de sensoriamento remoto, posicionados de forma estratégica ao longo da costa brasileira e em áreas oceânicas de relevância. Ao longo desse período, foram produzidos 8,83 GB de dados, evidenciando a solidez operacional do programa e a ampliação da base de informações disponíveis para análises ambientais. Esse volume de dados contribuiu para o fortalecimento de séries históricas consistentes, fundamentais para estudos de variabilidade oceânica, aperfeiçoamento de modelos de previsão e suporte a processos de tomada de decisão. As atividades de observação abrangeram o país todo, incluindo áreas estratégicas para a navegação, o aproveitamento sustentável dos recursos marinhos, a segurança marítima e o acompanhamento das condições ambientais. A execução das ações contou com a participação integrada dos Grupos de Trabalho do GOOS-Brasil, responsáveis pela operação dos sistemas, controle de qualidade e disponibilização das informações. As informações geradas beneficiaram diretamente diversos segmentos da sociedade, como a comunidade científica e acadêmica, que utilizou os dados em pesquisas sobre clima, dinâmica oceânica e ecossistemas marinhos; instituições ligadas à segurança da navegação e ao tráfego marítimo; setores produtivos, a exemplo da pesca, da aquicultura e das atividades portuárias; além de órgãos ambientais e de proteção civil, que empregaram os dados no monitoramento de eventos extremos e no apoio à gestão de riscos. Com a continuidade das operações e a confiabilidade das informações produzidas, o GOOS-Brasil reforçou, no segundo semestre de 2025, seu papel estratégico na geração de dados meteoceanográficos, contribuindo para o conhecimento do oceano, o planejamento de ações públicas e privadas e o desenvolvimento sustentável do ambiente marinho e costeiro brasileiro.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: Motivo da alteração da meta: A meta desta entrega não é cumulativa. Porém, os valores para cada ano está correto (10 para cada ano).

Objetivo Específico: 0078 - Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Indicador: 8888 - Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM)

Unidade de medida: porcentagem

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 06A3 - Meta do Indicador 8888

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 100

Meta prevista para 2025: 100

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 100

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise Sintética do Alcance da Meta: A Antarctic Treaty Consultative Meeting (ATCM) é realizada, anualmente, em caráter de rodízio entre os países Membros Consultivos do Tratado da Antártica. Este conclave constitui-se no fórum de discussão, troca de informações e consultas em assuntos pertinentes ao Continente Antártico. É a reunião de mais alto nível do Sistema do Tratado da Antártica, da qual participam diplomatas, militares, pessoal envolvido com a logística dos programas antárticos, advogados, especialistas em ciência e meio ambiente antártico, além de outros temas próprios do sistema de governança antártico. Esta reunião ocorre em conjunto com a do Committee for Environmental Protection (CEP), que tem por objetivo discutir e estabelecer medidas de segurança, bem como avaliar e garantir que sejam cumpridas as disposições do acordo global de proteção dos ecossistemas antárticos. Durante a ATCM são aprovadas diretrizes que devem ser observadas por todos aqueles que realizam atividades na região – sejam elas científicas, turísticas, operativas ou logísticas. Dessa forma, a participação de representantes da Marinha do Brasil é essencial, não apenas para possibilitar a cooperação e intercâmbio de experiências com demais programas antárticos nacionais, mas para participar ativamente da aprovação de decisões, medidas e resoluções que vão impactar diretamente no planejamento anual das Operações Antárticas (OPERANTAR). A reunião da ATCM é sediada em caráter de rodízio entre os países consultivos. Dessa forma, a reunião deste ano (2025) foi realizada na Itália - participaram representantes do MRE, MCTI, MMA, SECIRM, IBAMA e CNPq. A próxima será na Japão, e a de 2027 na Coreia do Sul.

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Entrega: 0211 - Manter a presença e prover apoio logístico às atividades de pesquisas científicas, diversificadas e de alta qualidade, realizadas no Continente Antártico

Objetivo Específico: 0078 - Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 12893 - Taxa anual de efetividade de apoio logístico às pesquisas no Continente Antártico

Unidade de medida: %

Linha de base: 100

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 080C - Meta do Indicador 12893

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 80

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 100

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: No período de JAN a DEZ de 2025 houve a execução da Operação Antártica XLIII (OAXLIII). Foram realizados 10 Voos de Apoio Logístico na OAXLIII, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB). Foram empregados dois navios da Marinha do Brasil (MB) e dois helicópteros embarcados, em apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); lançamento e recolhimento de acampamentos utilizados em apoio à pesquisa em campo no Continente Antártico; realização de Levantamento Hidrográfico; e apoio a pesquisas embarcadas, sob a égide do PROANTAR. Em paralelo, durante o mesmo período, ocorreu a instrução e a capacitação de pessoal selecionado para o Grupo-Base (GB); Seleção do Grupo-Base (GB) 2026/2027; Treinamento Pré-Antártico (TPA) para pesquisadores e militares; aquisição de sobressalentes para EACF; reuniões de coordenação e planejamento; reuniões internacionais; manutenção de equipamentos; e abertura de processos licitatórios para aquisição de gêneros e materiais para a EACF.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Indicador: 12837 - Índice de alcance das metas das entregas

Unidade de medida: %

Linha de base: 56

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07ZT - Meta do Indicador 12837

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 100

Meta prevista para 2026: 100

Meta prevista para 2027: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 95,11

Data de Referência: 31/12/2025

Análise Sintética do Alcance da Meta: Os resultados obtidos pelas Entregas 0140, 0311, 0321, 0675, 0678, 0701, 0704, 1986, 3281 e 3342 foram: 1)A implantação de uma nova estação no ASPSP iniciou em dezembro. Com 24 viagens de apoio científico e 3 de apoio logístico, 69 pesquisadores, e 13 diferentes projetos de pesquisa vinculados às universidades. 2)Publicação do livro didático intitulado "Oceano

Empreendedor: Educação, Conceitos, Ferramentas e Aplicações para as Ciências do Mar". 3) Política dos Laboratórios de Ensino Flutuantes – Ciências do Mar (LEF/CM) para formação de estudantes na área de Ciências do Mar. No ensino superior total de 1.672, e atualmente, 167 estudantes de graduação e pós-graduação (92-sul, 23-nordeste e 52-norte). 4) Atividades acadêmicas embarcadas atendem 65 cursos de graduação ofertados por 47 instituições de ensino superior do país. 5) Credenciadas 189 novas Escolas Azuis em ação conjunta com MCTI, SECIRM, MEC, UNIFESP, UNESCO e Fundação Grupo Boticário. 6) 29 projetos de pesquisa aprovados na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 08/2023 – PROANTAR. 7) MCTI, por meio do CNPq e do FNDCT, oito chamadas públicas vigentes voltadas ao fortalecimento da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico nas ciências do mar, apoiando 129 projetos, com investimento estimado de cerca de R\$ 90,8 milhões ao longo de quatro anos. 8) 15 projetos estruturados em três linhas temáticas: (i) quantificação e tipificação do plástico; (ii) desenvolvimento de tecnologias para a decomposição, o tratamento e a substituição do plástico; e (iii) implantação de redes de monitoramento da cadeia produtiva do plástico, incluindo etapas de descarte e reciclagem. 9) 3 novos estudos publicados: 1. "Crustal Accretion, Significant Mantle Uplift, and Exhumation along Non-transform Discontinuities: Equatorial Mid-Atlantic Ridge (7°10'–0°50' N)" 2. "Atlas de espécies identificadas no Banco do Álvaro – Reino Animalia" 3. "Mapa "Seafloor Substrate Map of the Rio Grande Rise" 10) 3 novos estudos técnico-científicos: 1. "Inventário das amostras do Projeto Elevação do Rio Grande (PROERG)" 2. "Mapa de isótopos de fósforo em rochas do terraço do Rio Grande: nota explicativa" 3. "Mapa intitulado "Geologia da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes" 11) Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE) realizado por pesquisadores na Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT) com 12 projetos científicos e 123 pesquisadores.

Restrições para o alcance da meta:

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Entrega: 0140 - Ocupação e desenvolvimento de pesquisas científicas na Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP).

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 8943 - Taxa anual de ocupação da Estação Científica ASPSP com pesquisadores

Unidade de medida: %

Linha de base: 50

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 0547 - Meta do Indicador 8943

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 75

Meta prevista para 2025: 75

Meta prevista para 2026: 75

Meta prevista para 2027: 75

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 63

Quantidade alcançada: 76

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Entre janeiro e dezembro de 2024, a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo permaneceu continuamente ocupada por pesquisadores e militares, garantindo a condução ininterrupta e segura dos trabalhos científicos. Nesse período, foram realizadas 24 expedições científicas com a participação de 58 pesquisadores de

diversas universidades brasileiras, além de duas expedições logísticas destinadas à manutenção da estação. O suporte logístico da Marinha foi fundamental para a operação, mesmo diante das adversidades ambientais e do isolamento geográfico da região.

Análise geral da realização da Entrega: O atual e acentuado estado de desgaste da Estação Científica do ASPSP, fruto do longo período de operação contínua sob as intempéries características do arquipélago, tem exigido a realização de manutenções com frequência maior do que a desejada. Apesar disso, a participação de pesquisadores atendeu a meta estabelecida. O implantação de uma nova estação científica no Arquipélago iniciou em dezembro. Em 2025, foram desenvolvidas 24 viagens de apoio científico e outras três de apoio logístico, com a participação direta de 69 pesquisadores, ocasião em que 13 diferentes projetos de pesquisa vinculados a universidades espalhadas por todo o país foram atendidos.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 0311 - Publicação de novos livros didáticos baseados na realidade nacional para distribuição gratuita entre os estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar.

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Entrega concluída? Não

Indicador: 9150 - Número acumulado de novos livros publicados na área de Ciências do Mar desde 2013

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 10

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 054U - Meta do Indicador 9150

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 8

Meta prevista para 2025: 12

Meta prevista para 2026: 13

Meta prevista para 2027: 14

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 11

Quantidade alcançada: 11

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No período foi concluído um livro didático, intitulado Oceano Empreendedor: Educação, Conceitos, Ferramentas e Aplicações para as Ciências do Mar, elaborado pelo GT Empreendedorismo em Ciências do Mar, o que possibilitou o pleno alcance da meta estabelecida para 2024 no PPA 2024-2027 (um livro didático por ano). Favoreceram o alcance da meta o trabalho continuado e a experiência adquirida com a participação do GT em eventos relacionados com as Ciências do Mar, o que tem garantido a identificação das lacunas de formação empreendedora de estudantes e docentes e possibilitado a proposição de soluções para a sua superação. A expectativa é que o livro seja adaptado para o formato de Ensino a Distância – EaD, possibilitando o alcance de um público mais amplo que aquele abrangido por um e-book.

Análise geral da realização da Entrega: No exercício de 2025, foi publicado o livro didático intitulado “Oceano Empreendedor: Educação, Conceitos, Ferramentas e Aplicações para as Ciências do Mar”, produzido ao longo do exercício anterior e contabilizado imprecisamente na quantidade alcançada de 2024. A obra publicada em 2025 está disponível em: <https://cienciasdomarbrasil.furg.br/images/livros/livroGTE_compactado.pdf> e contribui diretamente para a formação empreendedora dos estudantes dos cursos de Ciências do Mar, estando alinhada ao Objetivo Específico estabelecido.

Justificativa para não regionalização do resultado: Não há regionalização porque as publicações reúnem conteúdos das regiões costeiras e marinhas de todo o Brasil.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Outras

Restrições para o alcance da meta: Outras

Detalhamento da restrição - 2025: A obra publicada em 2025 refere-se a uma produção concluída em 2024 que, apesar de ter sido finalizada dentro do período previsto, não foi publicada naquele ano devido a atrasos no processo de publicação, incluindo etapas administrativas e editoriais necessárias para sua divulgação oficial.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Está em fase final de elaboração o título referente à Maricultura, com perspectiva de entrega no primeiro semestre de 2026. O 7º Encontro de Coordenadores de Cursos de Ciências do Mar - EnCoGrad-Mar, que ocorreu entre 03 e 05 de dezembro de 2025 em Rio Grande, RS, definiu ainda a produção de oito novos títulos para os próximos três anos (https://cienciasdomarbrasil.furg.br/images/EnCoGrad/Relatrio_Final_7_EnCoGrad-Mar.pdf), o que possibilitará o alcance da meta estabelecida para o PPA 2024-2027: ☞ Oceano e mudanças climáticas: causas e consequências Organizadores: Prof. Dr. Rodrigo Azevedo Nascimento (UFPR); Prof. Dr. Marlon Carlos França (IFES); e Profa. Dra. Kyssyanne Samihra Santos Oliveira (UFES) ☞ Biomass/ecossistemas costeiros e marinhos brasileiros Organizadores: Prof. Dr. Maurício Shimabukuro (FURG); Prof. Dr. Marlon Carlos França (IFES); Profa. Dra. Solana Meneghel Boschilia (UFPA) ☞ Atlas de espécies de peixes de interesse comercial Organizadores: Prof. Dr. Santiago Montealegre Quijano (UNESP); e Prof. Dr. Elton José De França (UFRPE/UAST) ☞ Manual de práticas de extensão em Ciências do Mar Organizadores: Profa. Dra. Xiomara Franchesca García Díaz (UFRA); e Profa. Dra. Andrezza Justino Gozzo Andreotti (UNIFESP) ☞ Tecnologia e qualidade do pescado Organizadores: Prof. Dr. José Carlos Pacheco Dos Santos (UFRPE); e Profa. Dra. Ana Rosa da Rocha Araújo (UFS) ☞ Engenharia de pesca no Brasil e no mundo Organizadores: Prof. Dr. Jadson Pinheiro Santos (UEMA); Prof. Dr. Marcos Sidney Brito de Oliveira (UEAP); Prof. Dr. Ernesto De Carvalho Domingues (UFS); e Prof. Dr. Rômulo Costa Pires Ferreira (UFAL). ☞ Plâncton marinho Organizadores: Prof. Dr. Paulo Sergio Salomon (UFRJ) ☞ Ficologia marinha Organizadores: Profa. Dra. Suzete Roberta da Silva (UFC); e Profa. Dra. Solana Meneghel Boschilia (UFPA).

Notas do usuário:

Entrega: 0321 - Estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências do Mar com experiência embarcada

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Entrega concluída? Não

Indicador: 9166 - Número acumulado de graduandos e pós-graduandos com experiência embarcada

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 2.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 054Y - Meta do Indicador 9166

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 3.000

Meta prevista para 2025: 4.000

Meta prevista para 2026: 5.000

Meta prevista para 2027: 6.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 2.213

Quantidade alcançada: 1.672

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No ano de 2024 foram embarcados 213 estudantes de cursos de Ciências do Mar por parte dos quatro Laboratórios de Ensino Flutuantes Ciências do Mar – LEF/CM, sendo estudantes de graduação e de pós-graduação, o que representa 22,4% da Meta estabelecida para o período (1.000 estudantes por ano). Contribuiu decisivamente para o baixo resultado o repasse por parte do MEC de somente R\$ 4.000.000,00 para o custeio das atividades embarcadas, para um total solicitado de R\$ 23.917.031,68 para os quatro LEF/CM, o que representa 16,7% do valor necessário. A expectativa é que seja superada a limitação de recursos financeiros para o custeio dos embarques, garantindo que os excelentes meios disponíveis para a formação embarcada de estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências do Mar sejam utilizados em sua plenitude.

Análise geral da realização da Entrega: A política dos Laboratórios de Ensino Flutuantes – Ciências do Mar (LEF/CM) consiste na disponibilização e operação de embarcações especialmente projetadas para funcionar como plataformas de ensino prático e aplicado, destinadas à formação de estudantes e ao desenvolvimento de atividades acadêmicas na área de Ciências do Mar. Essa política visa assegurar a experiência embarcada como componente essencial da formação de recursos humanos qualificados, integrando conhecimentos teóricos e práticos e contribuindo para a capacitação profissional voltada ao uso sustentável dos ambientes marinhos e costeiros, em alinhamento à Política Nacional para os Recursos do Mar e ao Plano Setorial para os Recursos do Mar. No exercício de 2025, a política manteve-se em execução, promovendo a formação embarcada, no âmbito do sistema federal de ensino superior, de 167 estudantes de graduação e pós-graduação, sendo 92 na região sul, 23 na região nordeste e 52 na região norte. Tendo em vista os valores de referência do PPA 2024-2027 e os resultados alcançados em 2024, o número acumulado de estudantes de graduação e de pós-graduação com experiência embarcada é de 1.672. Os resultados alcançados em 2025 refletem a continuidade das atividades acadêmicas embarcadas, com a realização de cruzeiros destinados ao atendimento de demandas de formação prática e de projetos acadêmicos. Trata-se de uma política estruturante e de caráter permanente, fundamental para a qualificação de recursos humanos na área de Ciências do Mar, ao proporcionar a vivência em ambiente marinho como parte do processo formativo. Os investimentos realizados ao longo do exercício concentraram-se na operação e na manutenção das embarcações, assegurando a execução das atividades previstas. O público beneficiário foi composto majoritariamente por estudantes de graduação, além de estudantes de pós-graduação, docentes, pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades embarcadas. A iniciativa atende 65 cursos de graduação ofertados por 47 instituições de ensino superior, distribuídas em todas as regiões do país, evidenciando ampla abrangência territorial e institucional.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Outros

Restrições para o alcance da meta: Outras

Restrições para o alcance da meta: Outras

Detalhamento da restrição - 2025: Há dificuldades no ajuste da meta do indicador da entrega, tendo em vista sua consonância com o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), Ação 5.8, meta “d”. Informações complementares sobre o XI PSRM estão disponíveis no site do Ministério da Defesa: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/psrm>>. Em adendo, o repasse de R\$ 4 milhões para o custeio das atividades embarcadas não foi suficiente.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Contatos com o Ministério da Educação resultaram na previsão de recursos para o custeio dos Laboratório de Ensino Flutuante Ciências do Marna Lei Orçamentária Anual de 2026. Foram ainda envidados esforços para a identificação de fontes alternativas de financiamento; contudo, os resultados preliminares obtidos até o momento indicam desempenho inferior ao inicialmente esperado.

Notas do usuário: Será necessário realizar a revisão do valor do índice de referência da entrega, de 2.000 para 1.292 estudantes. Segundo a área finalística responsável, na época da elaboração do PPA 2024-2027, tendo em vista que o valor não estava disponível, encaminharam estimativa e consideraram outras categorias de embarcados, como professores, pesquisadores e técnicos, que não são o foco da entrega. Essa alteração impacta no valor informado no monitoramento anual de 2024, que deverá ser ajustado de 2.213 para 1.505, considerando o valor do índice de referência ajustado.

Entrega: 0675 - Disseminação da cultura oceânica entre crianças e adolescentes, por meio do Programa Escolas Azuis

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Entrega concluída? Não

Indicador: 9627 - Número de escolas credenciadas no Programa Escola Azul

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 72

Data de referência da linha de base: 26/07/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 059F - Meta do Indicador 9627

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 100

Meta prevista para 2025: 130

Meta prevista para 2026: 170

Meta prevista para 2027: 200

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 86

Quantidade alcançada: 189

Data de Referência: 02/02/2026

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No período de 2024 foram credenciadas 86 escolas, os quais contribuíram para a disseminação da cultura oceânica entre crianças e adolescentes bem como dos professores envolvidos. A distribuição regional dessas escolas é a seguinte: - Região Norte: 10 escolas - Região Nordeste: 16 escolas - Região Sudeste: 44 escolas - Região Sul: 11 escolas - Região Centro Oeste: 5 escolas. Houveram ainda muitas outras escolas que realizaram atividades, como por exemplo atividades ligadas ao PROANTAR, mas que ainda não se registraram como Escolas Azuis.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025, foram credenciadas 189 novas Escolas Azuis. A projeção atual é alcançar o credenciamento de 500 escolas, com impacto estimado em aproximadamente 105 mil estudantes e 3 mil professores. Observações: a) Os números são apurados anualmente, conforme o desenvolvimento e o escopo dos projetos apresentados por cada escola participante. b) Entre os principais fatores que contribuíram para o resultado obtido em 2025, destaca-se a atuação articulada entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), o Ministério da Educação (MEC) e parceiros estratégicos, como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. c) Entre os principais desafios, destaca-se a necessidade de assegurar a sustentabilidade financeira do programa, uma vez que sua expansão demandará a previsão e a garantia de recursos específicos.

Justificativa para não regionalização do resultado: Os dados referentes à regionalização ainda estão em fase de apuração.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 0678 - Fomento a projetos de pesquisa científica nas regiões polares

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Entrega concluída? Não

Indicador: 12895 - Valor de Recursos alocados em projetos de pesquisa e desenvolvimento na Antártica e no Ártico

Unidade de medida: R\$
Linha de base: 500.000
Data de referência da linha de base: 26/07/2023
Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 080D - Meta do Indicador 12895

Cumulativa? Sim
Meta prevista para 2024: -
Meta prevista para 2025: 515.000
Meta prevista para 2026: 550.000
Meta prevista para 2027: 575.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -
Quantidade alcançada: 7.500.000
Data de Referência: 02/02/2026

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025, encontram-se em execução 29 projetos de pesquisa aprovados na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 08/2023 – PROANTAR, com aporte financeiro global de R\$ 30 milhões ao longo de quatro anos. As iniciativas estão estruturadas de acordo com as cinco linhas de pesquisa definidas no Plano Decenal para a Ciência Antártica do Brasil (2023–2032): Criosfera, Dinâmica Atmosférica e Mudanças Climáticas; Biodiversidade Antártica; Geodinâmica, Química dos Oceanos e Poluição Marinha; Ciências Humanas, Sociais e Saúde Polar; e Projetos de Grupos de Pesquisa Emergentes, todas contemplando, adicionalmente, interações com o Ártico. O objetivo central da chamada é apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, de caráter multi e interdisciplinar e multi-institucional, com incentivo à cooperação internacional no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), contribuindo de forma significativa para o fortalecimento da produção científica nacional e para a geração de novos conhecimentos relacionados à Antártica.

Justificativa para não regionalização do resultado: Cada um dos projetos são executados por redes de pesquisadores nacionais e internacionais, com pesquisas de campo realizadas fora do território brasileiro (nas regiões polares). Além disso, os benefícios e impactos desses estudos transcendem fronteiras geográficas, abrangendo todo o território nacional, o oceano e as zonas costeiras, o que inviabiliza a atribuição de um benefício exclusivo a uma região específica.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: As metas deveriam ter sido alteradas. As metas previstas ainda se referem a "Valor médio por Projeto". Entretanto o indicador foi alterado para "Valor de Recursos alocados em projetos de pesquisa e desenvolvimento na Antártica e no Ártico" que se refere ao valor total. Dessa forma a meta deveria ter sido alterada conforme segue: Meta prevista para 2024: R\$ 7.500.000 Meta prevista para 2025: R\$ 7.500.000 Meta prevista para 2026: R\$ 7.500.000 Meta prevista para 2027: R\$ 7.500.000

Entrega: 0701 - Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em todas as áreas das ciências no mar.

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares
Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Entrega concluída? Não

Indicador: 12896 - Valor de Recursos alocados em projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas da ciência do mar

Unidade de medida: R\$

Linha de base: 100.000

Data de referência da linha de base: 26/07/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 080E - Meta do Indicador 12896

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 125.000

Meta prevista para 2026: 150.000

Meta prevista para 2027: 175.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 22.700.000

Data de Referência: 02/02/2026

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025, o MCTI, por meio do CNPq e do FNDCT, estruturou um portfólio de oito chamadas públicas vigentes voltadas ao fortalecimento da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico nas ciências do mar, apoiando 129 projetos, com investimento estimado de cerca de R\$ 90,8 milhões ao longo de quatro anos. As iniciativas abrangem, entre outros temas, o combate à poluição marinha por plásticos, a ciência cidadã e a divulgação científica no âmbito da Década da Ciência Oceânica, os sistemas de observação oceânica vinculados ao GOOS-Brasil, a gestão integrada de recursos hídricos e zonas costeiras frente às mudanças climáticas, o fortalecimento de redes de pesquisa em ecossistemas costeiros e marinhos (PPBio), o Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas e a continuidade do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD); O principal desafio consiste em assegurar recursos para novas chamadas, uma vez que parte dessas iniciativas encerra sua vigência em 2025.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: Total de 90,8 Milhoes distribuídos em 4 anos = 22,7 Milhoes por ano. É necessário fazer um ajuste das metas pois anteriormente o indicador era valor médio por projeto e agora é valor total. É preciso ficar atento pois a maioria das chamadas estão se encerrando em 2025/2026 não havendo ainda previsão de recursos para novas chamadas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em todas as áreas das ciências no mar. Planilha Projetos Aprovados Total da Chamada(em R\$ Milhões) Chamada 43-2022 Chamada 43-2022 - Plastico - 15 Proj 15 15 Chamada 61-2022 Chamada 61-2022 - DivCientífica e Ciência Cidadã - 11 projetos 11 6 Chamada 62-2022 Chamada 62-2022 - GOOS Brasil - 1 projeto 1 6 Chamada 63-2022 Chamada 63-2022 - Recursos Hídricos e Zonas Costeiras no Contexto das Mudanças Climáticas - 18 projetos 18 3 Chamada 08-2023 Chamada 08-2023 - PROANTAR - 29 Projetos 29 30 Chamada 07-2023 Chamada 07-2023 - PPBio (Linha 8: Rede Costeira Marinha;Linha 9: Rede Restingas e Manguezais; Linha 10: Comunicação Pública da Ciência para o PPBio) - 6 projetos 6 14,5 Chamada CNPq Nº 17/2024 Chamada CNPq Nº 17/2024 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - 37 Projetos 37 10 Chamada CNPq/ CONFAP-FAPs/PELD Nº 23/2024 Chamada CNPq/ CONFAP-FAPs/PELD Nº 23/2024 - PELD - 12 Projetos 12 6,3

Entrega: 0704 - Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em temas estratégicos como poluição marinha, conservação ambiental e serviços ecossistêmicos

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Entrega concluída? Não

Indicador: 9644 - Número de Editais temáticos de pesquisa lançados

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 26/07/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 059W - Meta do Indicador 9644

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 1

Meta prevista para 2025: 1

Meta prevista para 2026: 1

Meta prevista para 2027: 2

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 02/02/2026

Análise geral da realização da Entrega - 2024: O Indicador dessa entrega é o Número de Editais temáticos de pesquisa lançados. Nesse sentido, no ano de 2024, o MCTI tem vigente a Chamada a CNPq/MCTI-FNDCT CT-Petro Nº 43/2022 de Combate à poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos. Nessa chamada, foram apoiados 20 projetos de pesquisa que contribuem para a meta (059W) que objetiva ampliar o número de projetos de pesquisa científica para desenvolver estratégias para combater a poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos. Os 20 projetos de pesquisa apoiados estão distribuídos em 3 linhas de pesquisa a saber: L1: Quantificação e tipificação do plástico; L2: Tecnologias para decomposição, tratamento e substituição do plástico; e L3: Redes de monitoramento da cadeia produtiva do plástico incluindo descarte e reciclagem.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025, encontra-se vigente a Chamada CNPq/MCTI-FNDCT CT-Petro nº 43/2022, voltada ao apoio a pesquisas destinadas ao enfrentamento da poluição marinha causada pelo plástico e seus subprodutos. No âmbito dessa iniciativa, estão sendo financiados 15 projetos estruturados em três linhas temáticas: (i) quantificação e tipificação do plástico; (ii) desenvolvimento de tecnologias para a decomposição, o tratamento e a substituição do plástico; e (iii) implantação de redes de monitoramento da cadeia produtiva do plástico, incluindo etapas de descarte e reciclagem. Os projetos apoiados possuem caráter estratégico e buscam fornecer subsídios científicos e tecnológicos para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas e ações voltadas à mitigação dos impactos da poluição plástica nos ambientes marinhos. Novamente aqui, o principal desafio é a necessidade de recursos para novas chamadas de apoio à pesquisa relacionada a essa temática visto que a vigência dessa chamada se encerra em 2025.

Justificativa para não regionalização do resultado: Trata-se de uma iniciativa Nacional.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de indicador

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: Trata-se da mesma Chamada Vigente desde 2022. Precisando de recursos para novas chamadas com a temática.

Entrega: 1986 - Levantamentos geológicos, geofísicos, oceanográficos, ambientais e dos potenciais minerais

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 11415 - Número de levantamentos geológicos, geofísicos, oceanográficos ou biológicos realizados em áreas prioritárias na Amazônia Azul

Unidade de medida: número de projetos

Linha de base: 11

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 06FF - Meta do Indicador 11415

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 3

Meta prevista para 2025: 3

Meta prevista para 2026: 3

Meta prevista para 2027: 3

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 3

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Em 2024, a carteira em desenvolvimento é constituída pelos seguintes Projetos: 1 - Prospecção e exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande 2 - Pesquisa de Fosforitas Marinhas no Terraço do Rio Grande 3 - Mapeamento e zoneamento do Grande Sistema Recifal da foz do rio Amazonas (PROAMAZONAS) 4 - Sensoriamento, Integração e Análise de Informações Digitais no Mapeamento Geológico Marinho (SEABADMAP) 5 - Mapeamento da Plataforma Rasa do Setor Pureza (RN) 6 - Projeto de prospecção e exploração de sulfetos polimetálicos da Cordilheira Meso-Atlântica No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram publicados os seguintes resultados: (1) Mapa textural do substrato marinho no Terraço do Rio Grande - O projeto Prospecção e Exploração de Depósitos de Fosforitas Marinhas na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25162>) e (2) SIG do Mapa textural do substrato marinho no Terraço do Rio Grande 2024 (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25162>) - relacionados ao Projeto Pesquisa de Fosforitas Marinhas no Terraço do Rio Grande; e (3) Mapa morfoestrutural - Segmento 02, Zona Econômica Exclusiva e área adjacente do Oceano Atlântico Equatorial (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25160>) - relativo ao Projeto de prospecção e exploração de sulfetos polimetálicos da Cordilheira Meso-Atlântica. O Projeto Fosforitas Marinhas, integrante do REMPLAC, em execução no SGB/CPRM, avaliou recursos minerais e ambientais na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB). Por meio de levantamentos batimétricos e análises geomorfológicas detalhadas, utilizando tecnologia multifeixe, o projeto produziu um mapa textural inovador, essencial para a gestão sustentável do fundo marinho. Além dos resultados, foram apresentados os "Resultados preliminares do mapeamento multidisciplinar do Sistema Recifal sobre o Banco do Álvaro, Margem Equatorial Brasileira", no 8º Congresso Brasileiro de Oceanografia. Esse mapeamento faz parte do projeto PROAMAZONAS. O mapeamento do Banco do Álvaro revelou a complexidade do sistema recifal, contribuindo para a compreensão dos processos físicos oceânicos que impactam a biodiversidade e o clima regional. Os dados obtidos abordaram a caracterização de sistemas recifais sensíveis, utilizando abordagens multidisciplinares, e serão divulgados em artigos e bases públicas, promovendo a transparência científica. Esses resultados fortaleceram a base científica nacional, e impulsionaram o conhecimento sobre a exploração sustentável de recursos marinhos. Esses esforços contribuíram diretamente para o objetivo específico de "Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, na zona costeira e nas regiões polares. Como fatores positivos destacam-se as parcerias interinstitucionais no Projeto Foz do Amazonas com 29 pesquisadores, sendo 16 mulheres e 13 homens, representando instituições como o SGB/CPRM, PETROBRAS, UFRN e UFMA. Além disso, outros projetos da carteira de geologia marinha também contaram com colaborações robustas. As colaborações ampliaram a capacidade técnica e científica, contribuindo para políticas públicas e fortalecendo a sustentabilidade dos oceanos. Como desafios enfrentados ressalta-se o corte orçamentário e interrupções no fluxo financeiro, dificultando a execução das atividades planejadas. Apesar desses desafios, as colaborações interinstitucionais desempenharam um papel crucial no avanço dos trabalhos.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025 foram publicados 3 novos estudos (cada um representa 1 área levantada), com alcance de 50% do total previsto, o que demonstra avanço em direção à meta final: 12 áreas levantadas. O resultado foi viabilizado por pactuações e arranjos de gestão internos que permitiram a organização dos levantamentos e a finalização das análises. Entre os fatores que impulsionaram o avanço, destacam-se a maturidade técnica dos estudos e o comprometimento das equipes. Contudo, restrições orçamentárias e financeiras afetaram o ritmo de execução e dificultaram o cumprimento do planejamento anual. Para assegurar o alcance dos 12 estudos até o fim do ciclo, permanece necessária a recomposição mínima de recursos e a estabilidade operacional

financeira. Estudos publicados: (1) artigo "Crustal Accretion, Significant Mantle Uplift, and Exhumation along Non-transform Discontinuities: Equatorial Mid-Atlantic Ridge (7°10'–0°50' N)" (<https://sbgf.org.br/revista/index.php/rbgf/article/view/2338>); (2) "Atlas de espécies identificadas no Banco do Álvaro – Reino Animalia" (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25715>); (3) Mapa "Seafloor Substrate Map of the Rio Grande Rise" (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25773>).

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: É importante registrar que as metas previstas para 2025 foram alcançadas, considerando os esforços institucionais da CPRM. A observação registrada quanto ao orçamento na análise geral da entrega refere-se à sustentabilidade da execução ao longo do ciclo do PPA, uma vez que, para assegurar o alcance dos 12 estudos até o final do período, permanece necessária a recomposição e estabilidade orçamentária. Trata-se, portanto, de um alerta prospectivo, sem impacto na entrega de 2025, não sendo indicada restrição específica no exercício corrente. A menção à necessidade de revisão está associada às metas futuras, especialmente a partir de 2026. Para a manutenção da meta final, é indispensável a viabilização orçamentária para o pagamento do Acordo de Governança do Navio com a Marinha do Brasil, despesa que não está contemplada na dotação da LOA 2026.

Entrega: 3281 - Estudos geológicos, geofísicos e oceanográficos levantados na PCJB para avaliação de recursos minerais

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 12549 - Número de estudos de avaliação da potencialidade dos recursos minerais da Amazônia Azul produzidos

Unidade de medida: Área Avaliada

Linha de base: 11

Data de referência da linha de base: 30/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07QT - Meta do Indicador 12549

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 3

Meta prevista para 2025: 3

Meta prevista para 2026: 3

Meta prevista para 2027: 3

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 3

Quantidade alcançada: 3

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram alcançados três resultados: (1) o Mapa de Isoteores de Fosfato em Rochas do Terraço do Rio Grande (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25146>); (2) submissão do artigo "A comprehensive geomorphological and substrate investigation of the western Rio Grande Rise" na revista Marine Geology, atualmente no prelo, com dados batimétricos publicados no Repositório Institucional de Geociências - RIGEO. O resultado apresentado no artigo está embasado por uma análise detalhada dos levantamentos de geologia marinha realizados na área mencionada no título. O estudo aborda a investigação geomorfológica e de geologia marinha abordando crostas ferromangnesíferas, utilizando como base novos dados publicados no RIGEO. Os dados em questão estão disponíveis no arquivo "dados_grid_ascii_elevacao_do_rio_grande_oeste.zip", adicionado em 2024 no seguinte link: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/21751>. Esses dados complementam os levantamentos realizados em anos anteriores no âmbito do projeto Prospecção e Exploração de Crostas Cobaltíferas na

Elevação do Rio Grande (PROERG). Os dados em grid fornecem uma base técnica e metodológica sólida para a avaliação geomorfológica e geológica da área de estudo, permitindo uma compreensão mais precisa das características do substrato e das crostas minerais. Esses resultados foram fundamentais para a publicação inédita apresentada no artigo. A publicação reforça a relevância técnica e científica da avaliação, integrando informações atualizadas sobre a área da elevação do Rio Grande; e (3) o Dashboard de Business Intelligence (BI) que integra dados de análises granulométricas e minerais de campanhas geológicas do projeto Fosforitas Marinhas (https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/25146/5/dados_granulometricos_e_quimicos.html). Esses resultados representam avanços significativos na pesquisa de recursos minerais marinhos. O Mapa de Isotores identifica áreas promissoras para a exploração de fosforitas marinhas, enquanto o artigo científico apresenta um estudo detalhado da geomorfologia da Elevação do Rio Grande, destacando as regiões de ocorrência das crostas de ferro-manganesíferas. Além disso, o painel Dashboard de dados de Business Intelligence (BI) do Projeto Fosforita marca o início de uma plataforma integrada dedicada às fosforitas marinhas no Terraço do Rio Grande, com previsão de evolução até o final do projeto. Vale destacar que a fosforita é um mineral estratégico para o Brasil, fundamental para o agronegócio. Em conjunto, esses produtos fortalecem o conhecimento, o planejamento e o uso sustentável dos recursos minerais da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, impulsionando a inovação e o avanço científico no setor marinho. Os desafios enfrentados em 2024 incluíram corte orçamentário de 20% e interrupções financeiras, que dificultaram aquisições e campanhas de levantamento de dados. Apesar disso, parcerias interinstitucionais, especialmente com o Ministério da Defesa e a Marinha do Brasil, garantiram a continuidade dos trabalhos, com apoio logístico do navio Vital de Oliveira. Essas colaborações foram fundamentais para a obtenção de resultados que contribuem para a gestão sustentável dos recursos marinhos. Para diferenciar, os levantamentos geológicos e oceanográficos no mar resultam na aquisição de dados sobre estruturas, litologias e processos geológicos, geofísicos e ambientais, utilizando técnicas como batimetria, sísmica e amostragens (entrega 1986). Já a avaliação de recursos minerais do mar (esta entrega) envolve a identificação, quantificação e análises minerais das amostragens para estudos de viabilidade e potencial econômico de depósitos, como por exemplo estudos de nódulos polimetálicos, crostas cobaltíferas e fosforitas marinhas, recursos minerais em ambiente marinho

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025 foram publicados 3 novos estudos técnico-científicos, com alcance de 50% da meta total do PPA. O resultado decorreu da articulação entre as equipes técnicas, com integração de acervos, análises e metodologias, apoiada por amostras previamente coletadas e maturidade metodológica. Contudo, restrições orçamentárias e financeiras afetaram o ritmo de execução. Para garantir a conclusão dos 12 estudos, é necessária a recomposição mínima de recursos e maior estabilidade operacional. Estudos publicados: (1) o “Inventário das amostras do Projeto Elevação do Rio Grande (PROERG)” (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25710>), objeto de interesse econômico estratégico para a Avaliação da Potencialidade Mineral (incluindo minerais marinhos como nódulos polimetálicos, fosforitas, crostas cobaltíferas; (2) “Mapa de isotores de fosfato em rochas do terraço do Rio Grande: nota explicativa” (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25716>), produto técnico voltado à avaliação da presença e distribuição de fosforitas marinhas; (3) “Mapa intitulado “Geologia da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes” (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25524>), que compila dados que subsidiam a identificação de áreas com relevância mineral potencial.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: É importante registrar que as metas previstas para 2025 foram alcançadas, considerando os esforços institucionais da CPRM. A observação registrada quanto ao orçamento na análise geral da entrega refere-se à sustentabilidade da execução ao longo do ciclo do PPA, uma vez que, para assegurar o alcance dos 12 estudos até o final do período, permanece necessária a recomposição e estabilidade orçamentária. Trata-se, portanto, de um alerta prospectivo, sem impacto na entrega de 2025, não sendo indicada restrição específica no exercício corrente. A menção à necessidade de revisão está associada às metas futuras, especialmente a partir de 2026. Para a manutenção da meta final, é indispensável a viabilização orçamentária para o pagamento do Acordo de Governança do Navio com a Marinha do Brasil, despesa que não está contemplada na dotação da LOA 2026.

Entrega: 3342 - Ocupação da Estação Científica da Ilha de Trindade com pesquisadores

Objetivo Específico: 0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 12739 - Taxa anual de Ocupação da Estação Científica da Ilha de Trindade com pesquisadores

Unidade de medida: %

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07WN - Meta do Indicador 12739

Cumulativa? Não

Meta prevista para 2024: 0

Meta prevista para 2025: 70

Meta prevista para 2026: 75

Meta prevista para 2027: 80

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 83,01

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: A ocupação da Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT), localizada na Ilha da Trindade, foi realizada por pesquisadores que integram os grupos de pesquisa vinculados aos projetos científicos previamente selecionados no âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE). Os referidos projetos estão vinculados a universidades espalhadas por todo o País e envolvem alunos das mais diversas fases do processo de formação: graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. No ano de 2025, o PROTRINDADE apoiou com transporte marítimo de pesquisadores para a Ilha da Trindade, manutenção e abastecimento da ECIT, visando a operacionalização dos projetos científicos. No total, doze projetos científicos e 123 pesquisadores de múltiplas universidades foram apoiados. Constatou-se o cumprimento da meta prevista, considerando o pleno atendimento das demandas dos projetos científicos para permanência na Ilha e as manutenções preventivas e corretivas nas instalações da ECIT.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Objetivo Específico: 0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Indicador: 12829 - Área total da zona marinha com instrumentos de planejamento elaborados

Unidade de medida: km²

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07Z2 - Meta do Indicador 12829

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 700.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 0

Data de Referência: 31/12/2025

Análise Sintética do Alcance da Meta: O Indicador do Objetivo Específico é aferido pela área total da zona marinha com instrumentos de planejamento elaborados. O ordenamento esperado com esse objetivo depende da plena implementação de duas políticas públicas que são complementares na Amazônia Azul: o Gerenciamento Costeiro (GERCO) e o Planejamento Espacial Marinho (PEM). O primeiro já é regulamentado desde 1988 e passa por um momento de atualização em virtude do último Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (IIIPNGC) datar de 1997. Essa política olha com uma escala muito mais detalhada a região entre a linha de costa e o limite exterior do mar territorial e depende de uma interação constante com os estados e municípios, respeitadas as devidas competências. Em termos de resultados, o GERCO teve a XV edição do Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO) onde foram discutidas as propostas para a atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, envolvendo gestores estaduais e municipais, acadêmicos e pesquisadores do tema, setores econômicos, sociedade civil e representantes dos povos e comunidades tradicionais. No 2º semestre de 2025, foram registradas importantes evoluções que corroboram para o futuro cumprimento da meta das entregas, dentre as quais se destacam: 1. Foram mapeados 2.440 km², que somados ao mapeamento de 2024 (1.682 km²), ultrapassam a meta estabelecida de 4.000 km² de cartografia geológica da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB). Entre os principais resultados destaca-se a publicação do mapa faciológico do Setor Macau, disponível no RIGeo (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25600>). 2. Início da disponibilização na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) dos primeiros 209 contratos identificados, mapeados e estruturados, os quais contribuíram para dar transparência a sociedade civil e fomentar uma gestão territorial integrada entre os órgãos em conformidade com o Objetivo Específico.

Restrições para o alcance da meta:

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Entrega: 0193 - Planejamento Espacial Marinho Brasileiro (PEM) elaborado.

Objetivo Específico: 0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Entrega concluída? Não

Indicador: 12883 - Percentual de elaboração do PEM

Unidade de medida: %

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2024

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 080F - Meta do Indicador 12883

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: -

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 0

Meta prevista para 2027: 25

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: -

Quantidade alcançada: 0

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: -

Análise geral da realização da Entrega: O Planejamento Espacial Marinho (PEM) no Brasil é um compromisso assumido em 2017 durante a Conferência da ONU para o Oceano, com a meta de implementação até 2030. Coordenado de forma conjunta pela Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, visa organizar atividades humanas nas áreas marinhas, para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais. Para sua implementação o território marinho foi dividido em quatro regiões para execução dos estudos necessários: i) Região Marinha Sul: Financiada pelo BNDES, com duração prevista de 3 anos. Iniciou em fevereiro de 2024, executada pela empresa CODEX Remote e especialistas de universidades regionais (FURG, UFRGS, UFSC). Servirá de Projeto Piloto para as demais regiões. ii) Região Marinha do Sudeste: Financiada pelo BNDES, iniciou em junho de 2025 e terá 3 anos de duração. A equipe responsável pelos estudos é composta pelo Consórcio Sudeste Azul, formado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a empresa Environpact. iii) Região Marinha do Nordeste (exceto Maranhão): Financiada pelo FUNBIO, com duração prevista de 4 anos. Iniciou em setembro de 2024, executada pela Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura - FUNPEC, além de diversas universidades e institutos de pesquisa da região. iv) Região Marinha do Norte (Maranhão, Pará e Amapá): Financiada pelo BNDES, com previsão de 3 anos de duração após a assinatura do contrato. Teve o Consórcio Norte Azul, formado pela CODEX, Environpact e FGV como primeiro colocado no processo de seleção. A perspectiva é que os estudos iniciem no primeiro semestre de 2026. Cada um dos projetos contribuirá com 25% da meta após finalizado. As regiões Sul, Nordeste e Sudeste já iniciaram a entrega de produtos, porém não foram finalizadas fases em nenhum dos projetos. A abrangência de atendimento será nacional, com maior influência nos 17 estados costeiros e seus municípios defrontantes com o mar.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 1985 - Áreas da plataforma rasa mapeadas em alta resolução

Objetivo Específico: 0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 11413 - Áreas da plataforma rasa mapeadas em alta resolução

Unidade de medida: Área Mapeada

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 06FH - Meta do Indicador 11413

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 0

Meta prevista para 2025: 0

Meta prevista para 2026: 20.000

Meta prevista para 2027: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 0

Quantidade alcançada: 0

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: Não há meta para 2024. As ações no ano limitaram-se às tratativas com outras instituições interessadas, como a Petrobras, no intuito de viabilizar a aquisição de equipamento e o levantamento a ser iniciado na Margem Equatorial.

Análise geral da realização da Entrega: Não houve execução em 2025, conforme meta definida para o exercício, permanecendo o início da implementação para 2026. A reprogramação da meta foi em função de restrições orçamentárias e financeiras e à priorização dessa ação em função da parceria estabelecida com a PETROBRAS, que será fundamental para a viabilização dos levantamentos. A decisão de reprogramação esteve associada a uma estratégia institucional de articulação e consolidação de parceria com a PETROBRAS, considerada elemento estruturante para a viabilização técnica, financeira e operacional dos levantamentos de alta resolução na plataforma rasa. Essa parceria é essencial tanto para o acesso a dados, infraestrutura e meios especializados, quanto para a capacitação técnica da equipe envolvida na execução da atividade. Com base nas estimativas de custo atualizadas, considerando a cotação corrente do dólar aplicada aos levantamentos por área, o orçamento necessário para a execução da Entrega é estimado em R\$ 5.370.000,00 (cinco milhões, trezentos e setenta mil reais) por 1.000 km² levantados, contemplando os custos de aquisição de dados, logística, processamento, interpretação e elaboração dos produtos técnicos associados. Para assegurar o cumprimento da meta conforme o novo cronograma estabelecido para 2026, será imprescindível a consolidação e manutenção da parceria com a PETROBRAS, bem como a alocação tempestiva de dotação orçamentária compatível com a complexidade e o custo do levantamento, cujas tratativas e alinhamentos institucionais foram conduzidos ao longo de 2025, de modo a garantir as condições necessárias à execução no exercício subsequente.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrições para o alcance da meta: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição - 2025: A proposição inicial do SGB previa a realização de um levantamento piloto em área teste, utilizando o sistema LiDAR RAMMS, a ser contratado junto a empresa especializada, com acompanhamento de técnicos do SGB, visando simultaneamente à produção de dados e à capacitação da equipe técnica. Em etapa subsequente, estava prevista a aquisição do sensor, possibilitando que o próprio SGB conduzisse os levantamentos em outras áreas da Margem Equatorial, mediante a utilização de aeronave que poderia ser cedida pela Marinha do Brasil, como proposição institucional. Entretanto, os orçamentos apresentados para a contratação de um levantamento regional, abrangendo três bacias da Margem Equatorial, indicaram valores significativamente superiores ao escopo inicialmente proposto pelo SGB. Em resposta, o SGB informou à empresa o limite orçamentário disponível para o levantamento e solicitou a reavaliação do escopo, com a indicação da área passível de imageamento dentro desse teto financeiro, o que não se mostrou viável nas condições apresentadas. Diante desse cenário, não houve produção técnica nem valor acumulado associados à meta no exercício de 2025, permanecendo sua implementação prevista para 2026, condicionada à recomposição orçamentária e à formalização de parceria com a PETROBRAS. Ressalta-se que, à luz das projeções atuais da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, a execução da entrega dependerá, de forma ainda mais relevante, do fortalecimento e da efetivação dessa parceria estratégica.

Valor da insuficiência de recursos - 2025: 200.000.000

Providências para tratamento da restrição - 2025: Como providência, a entrega foi reprogramada para o exercício de 2026, no âmbito da revisão do PPA, de forma a adequar o planejamento às restrições orçamentárias identificadas. Paralelamente, foram mantidas tratativas técnicas e institucionais com a PETROBRAS, com vistas à consolidação de parceria estratégica que viabilize a execução dos levantamentos em alta resolução na plataforma rasa da Margem Equatorial.

Restrições para o alcance da meta: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição - 2025: A inviabilidade financeira para a contratação do levantamento no exercício de 2025 impossibilitou a implementação desse modelo de capacitação, uma vez que a estratégia adotada previa a transferência de conhecimento e o treinamento técnico como parte integrante da execução contratual, não havendo previsão de capacitação dissociada da realização do levantamento. Adicionalmente, a postergação da execução decorreu da necessidade de compatibilização do planejamento técnico com o limite da dotação orçamentária disponível e da dependência da formalização de parceria estratégica com a PETROBRAS, cuja efetivação é considerada essencial tanto para a viabilização dos levantamentos quanto para a capacitação especializada da equipe do SGB.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Como providência, a capacitação técnica foi reprogramada para 2026, de forma integrada à execução do levantamento piloto, mantendo-se o modelo de capacitação prática e transferência de conhecimento (formação em exercício). O SGB dará continuidade às articulações institucionais para a formalização da parceria com a PETROBRAS, considerada essencial tanto para a viabilização financeira do levantamento quanto para a capacitação especializada da equipe técnica.

Notas do usuário: A meta foi reprogramada no âmbito da revisão do PPA, ocorrida em 2025, em razão de limitações orçamentárias identificadas no exercício. É importante registrar que o planejamento técnico permanece válido, porém sua continuidade e o alcance da meta dependem da avaliação, por instâncias multissetoriais, da compatibilidade entre o custo atualmente registrado, o ajuste da meta física ou, alternativamente, a necessidade de reformulação do indicador, de forma a refletir a capacidade financeira efetivamente disponível. Por isso foi indicada a necessidade de revisão.

Entrega: 2090 - Disponibilização dos dados geoespaciais das cessões de uso dos espaços físicos em área da União no mar territorial na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)

Objetivo Específico: 0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Órgão Responsável: 46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Entrega concluída? Não

Indicador: 11446 - Percentual de poligonais de cessões de uso de espaços costeiros e marinhos disponibilizadas na INDE

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 30/12/2022

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 067X - Meta do Indicador 11446

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 25

Meta prevista para 2025: 50

Meta prevista para 2026: 75

Meta prevista para 2027: 75

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 0

Quantidade alcançada: 37

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: 1. Resultados alcançados no período de referência do monitoramento No ano de 2024, foi realizado um levantamento das poligonais de espaços físicos em áreas da União no mar territorial, abrangendo 7 dos 16 estados litorâneos. Esse esforço contribuiu para avançar na conversão e padronização dos dados, visando à sua disponibilização na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), em conformidade com o Objetivo Específico. 2. Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes no contexto do objetivo específico Destaca-se a parceria com a gestão da INDE: Adesão ao sistema na modalidade mista, permitindo uma solução flexível para organizações sem infraestrutura própria completa. Gestão das bases de dados da SPU: Trabalho em conjunto com as Superintendências da Secretaria do Patrimônio da União para tratar e adequar os dados geoespaciais. 3. Fatores principais que favoreceram ou prejudicaram o conjunto das entregas previstas Fatores que favoreceram a entrega: - Definição de um modelo de adesão flexível (modalidade mista): Ofereceu uma solução para a integração com a INDE sem exigir infraestrutura totalmente própria. Fatores que prejudicaram a conclusão da entrega: - Dificuldade de obtenção de informações das Superintendências sobre a existência de contratos de espaço físico em águas públicas; - Grande diversidade de arquivos, muitos dos quais ainda estão em formatos analógicos. Isso requer procedimentos adicionais para a conversão dos dados. 4. Principais perspectivas para o próximo semestre e para o alcance das metas Próximo semestre: A SPU está intensificando esforços para que, no próximo semestre, todas as Unidades Federativas indiquem a existência de contratos de cessão de uso em áreas da União no mar territorial. O objetivo é que pelo menos 5 Unidades da Federação tenham seus dados convertidos e padronizados, preparando-se para disponibilização na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). O trabalho terá como priorização inicial os estados da Região Sul.

Análise geral da realização da Entrega: No período foram alcançados os seguintes resultados: início da disponibilização na INDE dos primeiros 62 contratos identificados, mapeados e estruturados, os quais contribuíram para dar transparência à sociedade civil e fomentar uma gestão territorial integrada entre os órgãos, em conformidade com o Objetivo Específico. Além disso, foi assinado o Termo de adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) entre a SPU e o IBGE para viabilizar a publicação dos dados. Entre os principais desafios/fatores positivos para alcançar o Objetivo em questão estão a colaboração das superintendências no que tange à identificação e disponibilização dos processos de cessão de águas públicas. Ademais, espera-se que no próximo semestre sejam feitas atualizações mensais na INDE com os novos identificados, mapeados e estruturados de cessões de águas públicas.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Falhas de Articulação institucional

Restrições para o alcance da meta: Falhas de Articulação institucional

Detalhamento da restrição - 2025: Algumas unidades regionais não responderam o ofício que foi enviado, solicitando a listagem de todas as cessões de espaço físico em águas públicas, impossibilitando o dimensionamento do universo total de cessões.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Foi ratificado o ofício para superintendências, pelo gabinete.

Notas do usuário: Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: além da META, necessidade de alteração da UNIDADE DE MEDIDA

Entrega: 2104 - Municípios capacitados, em gestão patrimonial, no Projeto Orla.

Objetivo Específico: 0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Órgão Responsável: 46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Entrega concluída? Não

Indicador: 11448 - Número de municípios da zona costeira capacitados

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 12

Data de referência da linha de base: 30/12/2022

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 067Z - Meta do Indicador 11448

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 20

Meta prevista para 2025: 40

Meta prevista para 2026: 60

Meta prevista para 2027: 60

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 0

Quantidade alcançada: 157

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: 1. Resultados alcançados no período de referência do monitoramento · Em 2024 foram apoiados 22 municípios em gestão patrimonial no âmbito do Projeto Orla. · Realização de um webinar em dezembro de 2024, com 83 participantes, apresentando resultados dos trabalhos voltados à regulamentação do Termo de Adesão à Gestão de Praias Fluviais, Lacustres e Estuarinas (TAGP). Os 22 municípios apoiados participaram do Webinar realizado em 2024. No entanto, só serão considerados capacitados após participação em capacitações específicas presenciais, em andamento. A previsão é de conclusão das capacitações até julho de 2025. A Meta é de 77 municípios capacitados, uma vez que esses são os que assinaram TAGPs até o momento, podendo haver mais adesões em 2025. 2. Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes no contexto do objetivo específico · Apoio técnico fornecido aos municípios a partir de demandas

específicas recebidas. · Planejamento de capacitações no início dos novos mandatos municipais, a partir de 2025, buscando maior continuidade e comprometimento dos municípios na gestão patrimonial. · Utilização de eventos virtuais para divulgar resultados e fomentar discussões sobre regulamentações importantes. 3. Fatores principais que favoreceram ou prejudicaram o conjunto das entregas previstas Fatores que favoreceram a entrega: · Apoio orientado por demandas municipais: Garantiu que os esforços de capacitação estivessem alinhados às necessidades locais. · Uso de eventos virtuais: O webinar ampliou o alcance da apresentação dos resultados, envolvendo 83 participantes. Fatores que prejudicaram a conclusão da entrega: · A proximidade do encerramento dos mandatos dificultou o engajamento e a realização de capacitações em 2024. · Limitação de novas adesões ao termo de gestão (TAGP). 4. Principais perspectivas para o próximo semestre e para o alcance das metas Próximos meses: · Com a posse de novas gestões municipais, espera-se maior engajamento e continuidade nos esforços do Projeto Orla. · Articulação federativa para aumentar a adesão de municípios, possivelmente combinando capacitações com incentivos ou suporte técnico adicional. · Espera-se ampliar o número de municípios capacitados, com foco em regiões prioritárias, promovendo-se também novas adesões ao TAGP.

Análise geral da realização da Entrega: A Secretaria do Patrimônio da União promoveu com os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Turismo e Cidades, e o Ministério Público Federal, série de 13 Oficinas Estaduais de Capacitação em Gestão de Praias. Foram 1505 participantes, sendo 643 de 157 municípios e outros 862 de outros entes Federais e Estaduais. 69 municípios dos 78 com Termos de Adesão à Gestão de Praias (TAGP) vigentes (88%), e 67% dos defrontantes ao mar nesses 13 Estados. A integração entre os organizados foi fundamental para o atingimento da meta, e a disponibilização das gravações e apresentações aumentaram o alcance dos eventos (gov.br/spu/praias/capacitacoes2025). A meta não terá continuidade em 2026, ano eleitoral.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício:

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário:

Entrega: 3283 - Cartografia geológica da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) realizada

Objetivo Específico: 0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Entrega concluída? Não

Indicador: 12550 - Área levantada (Km²)

Unidade de medida: km²

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/08/2023

Polaridade: Quanto maior melhor

Meta: 07QU - Meta do Indicador 12550

Cumulativa? Sim

Meta prevista para 2024: 1.000

Meta prevista para 2025: 2.000

Meta prevista para 2026: 3.000

Meta prevista para 2027: 4.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada - 2024: 1.682

Quantidade alcançada: 4.122

Data de Referência: 31/12/2025

Análise geral da realização da Entrega - 2024: No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 foi alcançado o seguinte resultado: Cartografia Faciológica da Geologia Marinha do Setor Jandaíra, na plataforma rasa do Rio Grande do Norte, em escala 1:100.000, versão preliminar, cobrindo 1.682 km² (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25348>). Também foram desenvolvidos mapas faciológicos e batimétricos dos setores Jandaíra e Macau, sendo este último previsto para publicação em 2025. Esses trabalhos são fundamentais para o mapeamento dos agregados bioclásticos da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB). Tais depósitos possuem grande relevância econômica, sendo utilizados como corretivos de solos, insumos para rações animais, matéria-prima para fabricação de cimento, fonte de cálcio na farmacologia e base para produção de cosméticos. A cartografia da geologia marinha também fortalece a soberania nacional e o ordenamento sustentável das áreas costeiras e marinhas. O projeto enfrentou desafios como corte orçamentário de 20% na ação de Geologia do Espaço Marinho e Costeiro e dificuldades no fluxo financeiro, que impediram a contratação de uma embarcação para levantamentos. Contudo, parceria estratégica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN garantiu a obtenção de dados essenciais, permitindo a entrega da cartografia preliminar dentro do prazo. Essas colaborações destacaram a importância da ciência colaborativa, que viabilizou avanços significativos na cartografia marinha, superando as limitações financeiras e técnicas e reafirmando o papel estratégico dessa área para o desenvolvimento sustentável e a economia nacional.

Análise geral da realização da Entrega: Em 2025 foram mapeados 2.440 km², que somados ao mapeamento de 2024 (1.682 km²), ultrapassam a meta estabelecida de 4.000 km² de cartografia geológica da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB). Entre os principais resultados destaca-se a publicação do mapa faciológico do Setor Macau, disponível no RIGeo (<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25600>). O desempenho alcançado foi viabilizado por parcerias institucionais estratégicas, com destaque para a cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A integração das equipes técnicas, o uso eficiente de bases de dados pré-existentes e a maturidade metodológica contribuíram para o cumprimento do cronograma, apesar dos desafios decorrentes de restrições orçamentárias e financeiras. O SGB pretende dar continuidade à cartografia nos setores Pureza e Areia Branca (RN), áreas estratégicas para o planejamento territorial e a implantação de empreendimentos de energia eólica.

Sinalização da necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração de meta

Restrições para o alcance da meta: Outras

Restrições para o alcance da meta: Outras

Detalhamento da restrição - 2025: Necessidade de dar continuidade à cartografia geológica no Setor Pureza (RN) e setor Areia Branca, área de relevância estratégica para o planejamento e a implantação de empreendimentos de energia eólica, de modo a assegurar a ampliação e o refinamento do conhecimento geológico da PCJB.

Providências para tratamento da restrição - 2025: Nesse contexto, será necessária a alteração da meta.

Notas do usuário: A meta foi superada no período, com resultados viabilizados por parcerias institucionais estratégicas. Ressalta-se que o SGB pretende dar continuidade à cartografia geológica no Setor Pureza (RN) e setor Areia Branca, área de relevância estratégica para o planejamento e a implantação de empreendimentos de energia eólica, de modo a assegurar a ampliação e o refinamento do conhecimento geológico da PCJB. Nesse contexto, será necessária a alteração da meta.

Medida Institucional Normativa do Programa: 04E6 - Ampliar o limite exterior da plataforma continental brasileira além das 200 milhas náuticas, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na Margem Equatorial (Norte) e na Região Oriental Meridional (Sudeste).

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: A submissão brasileira à Subcomissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (SC-CLPC/ONU) para extensão do limite da plataforma continental foi dividida em três partes: Região Sul, já concluída em 2019; Margem Equatorial (ME), em andamento; e Margem Oriental-Meridional (MOM), cuja análise se iniciará após terminada a da ME. A análise da ME ocorreu na 60ª Sessão da CLPC, entre 12 e 14FEV2024 e continuou na 61ª Sessão da CLPC, ocorrida entre 29JUL e 02AGO2024 e 12 a 16AGO2024. No período de setembro a outubro/2024 houve encaminhamento de dados e informações adicionais solicitados pela Subcomissão para a elaboração da minuta das Recomendações, a qual, posteriormente, na 62ª Sessão da CLPC, foi adotada pela Subcomissão. A perspectiva para 2025 é ter a submissão da ME finalizada e dar prosseguimento à MOM. Durante essas sessões a delegação brasileira tem mantido uma abordagem com vistas a assegurar, de forma técnica e legal, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a maior área possível para o Brasil.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Em 24 de fevereiro de 2025, durante a 63ª Sessão da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), órgão técnico da ONU, os peritos da Subcomissão de Limites (ONU) e a Delegação Brasileira fizeram apresentações ao pleno da CLPC relativas à Margem Equatorial. No dia 26 de fevereiro, a Delegação Brasileira fez nova apresentação ao

pleno da CLPC, desta vez relativa à Margem Oriental Meridional, o que formalizou o início do processo de análise daquela Margem junto aos peritos da Comissão. Por fim, no dia 26 de março de 2025, foi publicado no site oficial da ONU o Sumário de Recomendações da CLPC, por meio do qual a Comissão concordava com os argumentos e a metodologia utilizada pelo Brasil para a definição do limite exterior da plataforma continental além das duzentas milhas na Margem Equatorial. A partir dessa publicação foram oficialmente incorporados cerca de 360.000 km² à Plataforma Continental Brasileira, área equivalente ao estado do Mato Grosso do Sul. Cabe ressaltar que transcorreram praticamente sete anos entre o envio da Submissão Parcial Revista da Margem Equatorial à DOALOS (Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Divisão integrante da estrutura da ONU), em 2018, e a publicação do Sumário de Recomendações da CLPC em 2025, reconhecendo o pleito brasileiro de extensão da plataforma continental naquela região. Considerando-se que o pleito brasileiro de extensão da Margem Oriental Meridional é cerca de quatro vezes maior que o pleito da Margem Equatorial, estima-se que os peritos da CLPC responsáveis pela análise Margem Oriental Meridional demandem pelo menos cinco anos para sua conclusão.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício: Alteração

Notas do usuário: Sugestão do novo texto para a Medida Institucional: Ampliar o limite exterior da plataforma continental brasileira além das 200 milhas náuticas, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na Região Oriental Meridional (Sudeste). Justificativa da alteração: A conclusão da análise da Margem Equatorial em FEV2025, com o aceite do pleito brasileiro por parte da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU.

Medida Institucional Normativa do Programa: 06D0 - Planos de Gestão de Recursos Pesqueiros elaborados de forma participativa e publicados

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Para alcançar a meta estabelecida, foi firmado um Termo de Execução Descentralizada (TED nº 34/2023 – MPA/CNPq) entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo desse instrumento foi viabilizar uma Chamada Pública para a seleção e contratação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco na geração de dados e na avaliação de estoques dos principais recursos pesqueiros de relevância comercial da costa brasileira. Para essa finalidade, foram alocados R\$ 15 milhões. Atualmente, os projetos selecionados já foram contratados, e sua execução está em fase inicial. As linhas temáticas contempladas pelos projetos abrangem os seguintes recursos pesqueiros: 1. Camarões da costa brasileira; 2. Lagosta, caranguejo-uçá, guaiamum e siri do gênero Callinectes; 3. Recursos pelágicos e demersais das regiões Norte e Nordeste; 4. Recursos pelágicos e demersais das regiões Sudeste e Sul; 5. Atuns e espécies correlatas. Os objetivos específicos dos projetos financiados são: a. Estabelecer um sistema contínuo de coleta de dados para o monitoramento dos principais estoques pesqueiros da costa brasileira; b. Avaliar os estoques pesqueiros prioritários, conforme definido no 2º Workshop da FAO realizado em Brasília, de 25 a 29 de abril de 2023, por meio de análises conjuntas entre cientistas e representantes do governo; c. Gerar informações científicas atualizadas sobre os estoques e as pescarias relacionadas, possibilitando a revisão das políticas públicas de ordenamento e a proposição de ajustes para assegurar a gestão sustentável e equitativa dos recursos pesqueiros, bem como a geração de renda; d. Estimular a formação de redes de pesquisa e parcerias estruturantes, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico; e. Formar recursos humanos capacitados na geração de conhecimento para a gestão pesqueira, fortalecendo a capacidade nacional para a formulação e execução de políticas públicas eficazes. As informações geradas por esses projetos são essenciais para a elaboração de planos de gestão dos recursos pesqueiros, garantindo uma administração eficiente e sustentável dos recursos marinhos de forma contínua e perene. O principal desafio enfrentado foi a demora nos trâmites necessários para a elaboração de um edital detalhado e robusto, que atendesse às especificidades dos projetos e às demandas de dados para a gestão dos recursos pesqueiros. Contudo, esse obstáculo foi superado, e a contratação dos projetos foi concluída com sucesso.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: A Medida Institucional Normativa referente aos “Planos de Gestão de Recursos Pesqueiros elaborados de forma participativa e publicados” encontra-se em andamento, demandando tempo para sua implementação. Os trâmites necessários à efetiva publicação dos Planos de Gestão estão em curso no âmbito da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, observando os procedimentos técnicos, participativos e institucionais requeridos para a consolidação e formalização dos Planos de Gestão de Recursos Pesqueiros. Para o ano de 2025, foi planejada a publicação do Plano de Gestão da Corvina, elaborado de forma participativa e fundamentado em subsídios científicos, por meio do Grupo Técnico constituído no âmbito do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - GT Demersais SE/S, com ênfase na corvina. O processo de elaboração foi concluído com ampla participação social, tendo o plano sido aprovado em reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul, no âmbito da Rede Pesca Brasil. Contudo, sua publicação não ocorreu no período em razão da necessidade de articulação e alinhamento com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima -MMA, necessidade determinada pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que define a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e o MMA. Ressalta-se, entretanto, que o plano permanece apto à publicação após a superação das etapas interministeriais necessárias.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Programa: 0741 - Programa de Gestão de Riscos Ambientais na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: As atividades (experimentos, pesquisas, etc.) não tiveram prosseguimento por dificuldades de gestão e operação de amostras (impedindo a observação de protocolos científicos requeridos). Considerando que esses estudos constituem subsídios essenciais à estruturação de um programa de riscos, não foi possível avançar. Deverão ocorrer conversas entre as instituições envolvidas (MMA, Ibama, Marinha, MCTI) para avaliar a situação e buscar alternativas para o desenvolvimento da Medida prevista, ou sua revisão.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Como relatado no ciclo anterior, as atividades (experimentos, pesquisas, etc.) não tiveram prosseguimento. As conversas com as demais instituições envolvidas (MMA, Ibama, Marinha, MCTI) ainda estão em caráter preliminar. A depender dos entendimentos a serem mantidos e conforme as possíveis soluções sejam identificadas, será possível melhor avaliar a manutenção e/ou revisão dessa Medida Institucional.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício: Exclusão

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Programa: 0744 - Plano de Ação Federal da Zona Costeira

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Foi realizada uma avaliação do Plano de Ação Federal da Zona Costeira 2017-2019, tendo apurado 7 (~40%) ações executadas, 6 (~30%) ações executadas parcialmente e 5 (~30%) ações não executadas. Esse resultado foi considerado positivo, e o material foi apresentado ao Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO). Na oficina de Gerenciamento Costeiro, realizada em março, no Rio de Janeiro, também foi levantada e reforçada a necessidade de elaboração de um novo Plano como balizador do fortalecimento e ação articulada do GI-GERCO. Posteriormente, na Sessão Ordinária do GI-GERCO, realizada em maio/2024, foi confirmada essa necessidade. Assim, a expectativa é que na próxima sessão (no segundo semestre) sejam apresentadas as orientações para que os órgãos integrantes possam apresentar possíveis iniciativas para a definição das ações do próximo PAF. Em continuidade ao processo de atualização do Plano de Ação Federal da Zona Costeira, nas duas reuniões subsequentes do Grupo de Trabalho ad hoc GI-GERCO, realizadas em julho e novembro, foram apresentadas as orientações gerais para os membros apresentarem eventuais ações que possam integrar o plano, as quais devem, preferencialmente, envolver outros órgãos, de modo a fortalecer a atuação articulada do Grupo. Foram realizadas reuniões bilaterais, facilitando a identificação e estruturação de propostas de ações, tendo sido apresentado um conjunto (preliminar) de 9 ações. A expectativa é que esse trabalho avance no início de 2025 para uma versão final a ser aprovada pelo GT ad hoc GI-GERCO e submetida à CIRM.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Plano de Ação Federal para a Zona Costeira implementado (e em execução) via Resolução da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM. Resolução 6/2025.

Medida Institucional concluída? Sim

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Programa: 0745 - Estratégias para prevenção e combate à poluição plástica no oceano.

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: Assinado Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Nacional de Mudança do Clima - MMA/SMC e a Universidade de São Paulo-USP/Instituto Oceanográfico para realização da revisão do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar e elaboração da Estratégia Nacional Oceano sem Plástico, com objetivo de prevenir e combater a poluição por plástico no ambiente marinho. Além disso, a parceria também tem apoiado a busca e a organização de materiais para embasar a argumentação técnico-científica quanto aos termos do acordo internacional sobre poluição por plástico. Desde o início de 2024, já foram realizados 5 webinários sobre a interface entre a poluição por plástico e impactos no oceano, mudança do clima, saúde humana, economia circular e alternativas para conter a poluição. Além disso, foram realizadas 3 oficinas setoriais com participação de representantes da academia, da sociedade civil, movimentos sociais, estados, municípios e setor privado para coletar subsídios para elaboração da Estratégia para prevenção e combate à poluição plástica no oceano - ENOP, que está em fase de revisão. Ademais, foram elaboradas notas técnicas e briefings, juntamente com Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental e Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, para orientação da posição do MMA em relação aos termos do acordo internacional que visa acabar com a poluição por plástico, inclusive no ambiente marinho. A Estratégia Nacional Oceano sem Plástico deverá ser publicada no início de 2025.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: O governo federal publicou o Decreto nº 12.644, de 1º de outubro de 2025, que cria a Estratégia Nacional do Oceano Sem Plástico (Enop) para o período de 2025 a 2030. O plano tem a finalidade de orientar e coordenar políticas públicas para prevenção, redução e eliminação da poluição por plástico no oceano, por meio de ações estratégicas e sinérgicas. A iniciativa apresenta um conjunto de linhas de ação a ser debatido com a sociedade, nas diversas esferas de governo e com diferentes setores para enfrentamento da poluição marinha por plástico considerando todo o ciclo de duração do produto, desde a matéria-prima até o descarte. O acompanhamento da implementação ocorrerá no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que definirá metas e indicadores de forma a sistematizar e coordenar ações de prevenção e combate à poluição por plástico, alinhado aos compromissos internacionais voltados à sustentabilidade e à conservação dos ecossistemas marinhos.

Medida Institucional concluída? Sim

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Programa: 085E - Definição de método de avaliação econômica, patrimonial territorial do mar territorial, como bem da União.

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: A Medida Institucional previa a "Definição de método de avaliação econômica, patrimonial e territorial do mar territorial como bem da União", tendo como foco o desenvolvimento de metodologia específica de avaliação econômica e patrimonial de espelhos d'água, recentemente integrados à política de destinação do patrimônio da União. Considera-se que a questão metodológica foi concluída, uma vez que os procedimentos e parâmetros para avaliação patrimonial dos espelhos d'água foram desenvolvidos por meio de contratação da UFSC que teve como objeto a "Proposição de procedimentos metodológicos para avaliação de valores para o uso e a ocupação de espelhos d'água". Os resultados de tal contratação serviram de subsídios para a edição da Portaria SPU/ME nº 5.629, de 23 de junho de 2022, que estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido a título de retribuição à União. Em termos contábeis, no entanto, existe necessidade de pacificação entre a STN, SPU, TCU e CGU sobre o registro das águas públicas. Foi estabelecido pela STN que seria mais prudente o não reconhecimento do ativo relativo ao mar territorial até que o organismo normatizador internacional estabelecesse uma definição sobre a contabilização ou não deste tipo de ativo. A CGU, por sua vez, entende que áreas onde há exploração econômica a partir de cessões formalmente constituídas pela União, como os espelhos d'água vinculados a portos

organizados e terminais de uso privado, devem ser contabilizadas, em especial pela materialidade dos imóveis que estão deixando de ser contabilizados. Como busca de solução, a SPU, juntamente com a STN, está trabalhando em articulação para apresentar exposição de motivos sobre a pauta junto ao TCU e à CGU, buscando consenso sobre a contabilização das áreas exploradas, por meio da aplicação da metodologia da supracitada Portaria SPU/ME nº 5.629/2022 e devida alteração sistêmica para contabilização. Pelo exposto, entende-se que a Medida Institucional foi concluída, estando em curso ações complementares de articulação institucional para que a metodologia desenvolvida seja aplicada sistematicamente apenas para a contabilização dos espelhos d'água objeto de cessão onerosa.

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: A Medida Institucional previa a "Definição de método de avaliação econômica, patrimonial e territorial do mar territorial como bem da União", tendo como foco o desenvolvimento de metodologia específica de avaliação econômica e patrimonial de espelhos d'água, recentemente integrados à política de destinação do patrimônio da União. Considera-se que a questão metodológica foi concluída, uma vez que os procedimentos e parâmetros para avaliação patrimonial dos espelhos d'água foram desenvolvidos por meio de contratação da UFSC que teve como objeto a "Proposição de procedimentos metodológicos para avaliação de valores para o uso e a ocupação de espelhos d'água". Os resultados de tal contratação serviram de subsídios para a edição da Portaria SPU/ME nº 5.629, de 23 de junho de 2022, que estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido a título de retribuição à União. Em termos contábeis, no entanto, existe necessidade de pacificação entre a STN, SPU, TCU e CGU sobre o registro das águas públicas. Foi estabelecido pela STN que seria mais prudente o não reconhecimento do ativo relativo ao mar territorial até que o organismo normatizador internacional estabelecesse uma definição sobre a contabilização ou não deste tipo de ativo. A CGU, por sua vez, entende que áreas onde há exploração econômica a partir de cessões formalmente constituídas pela União, como os espelhos d'água vinculados a portos organizados e terminais de uso privado, devem ser contabilizadas, em especial pela materialidade dos imóveis que estão deixando de ser contabilizados. A SPU retomou o assunto juntamente com a STN. Em reuniões ocorridas ao longo do mês de maio/2025, a STN ainda mantém o entendimento e orientação que este tipo de imóvel não deva ser contabilizado no Balanço Geral da União (BGU), devido a não haver consenso sobre o tema, nem no âmbito internacional. Diante do exposto, mesmo que haja exploração da área neste tipo de imóvel e gere receita para União, ainda assim, não deve ser contabilizado no BGU. Dessa forma, reitera-se e solicita-se o registro de que não há possibilidade de melhorias a serem realizadas no sistema para esta temática em razão do posicionamento da STN. Pelo exposto, entende-se que a Medida Institucional foi concluída, estando em curso ações complementares de articulação institucional para que a metodologia desenvolvida seja aplicada sistematicamente apenas para a contabilização dos espelhos d'água objeto de cessão onerosa.

Medida Institucional concluída? Sim

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Programa: 09EF - Estratégia Nacional em Economia Azul.

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: -

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: Em abril de 2025, foi realizado o "Seminário Estratégia Nacional para Economia Azul – Diálogos Multissetoriais", primeira etapa de construção do documento, e, em agosto do mesmo ano, no âmbito do "Festival de Cultura Oceânica", em Santos-SP, promoveu-se Oficina dedicada à Estratégia Nacional para Economia Azul, no qual se identificaram os eixos diretivos e os princípios norteadores do instrumento. Ambos os eventos contaram com a participação qualificada de stakeholders de diversas origens e segmentos, que contribuíram de forma substantiva para o processo de construção da estratégia, que ainda contará com etapas consultivas ao longo de 2026 e deverá ter os resultados consolidados até o primeiro semestre de 2027.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário:

Medida Institucional Normativa do Programa: 0A04 - Plano Nacional de Implementação da Década dos Oceanos

Programa: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Medida Institucional concluída? Não

Informações do Monitoramento

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa - 2024: -

Descrição da implantação da Medida Institucional Normativa: O Plano Nacional de Implementação da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, lançado em dezembro de 2021, encontra-se atualmente em processo de Revisão de Meio Termo (Mid-Term Review), com o objetivo de avaliar sua eficácia, eficiência, relevância e o progresso alcançado em relação às metas estabelecidas. O Comitê Nacional da Década do Oceano (NDC-Brasil), responsável por essa avaliação, deverá apresentar, ao longo de 2026, os resultados obtidos e propor eventuais ajustes estratégicos ao Plano, em preparação para a Conferência da Década do Oceano – 2027, que será sediada pelo Brasil em abril de 2027, na cidade do Rio de Janeiro. A realização desse evento internacional representa o reconhecimento da liderança brasileira no âmbito da Década do Oceano, consolidada desde a criação do Comitê Nacional da Década do Oceano, em 2021, o primeiro comitê nacional instituído no mundo nesse contexto.

Medida Institucional concluída? Não

MIN - Sinalização de necessidade de revisão – próximo exercício:

Notas do usuário: